

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA

RELATÓRIO E CONTAS 2017

**Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI) • Centro de Dia •
Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) • Saúde e Reabilitação**

Há séculos a servir pessoas!



Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera

CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

José Mário Antão Rodrigues na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera e para os efeitos do determinado no Artº 22º nº 2, alínea b) do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, convoca a reunião da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA com a seguinte finalidade e ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO : APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DO ANO 2017.

A reunião terá lugar no dia **28 de Março de 2018, pelas 17 Horas**, na sede da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera " Lar de Idosos ".

Nos termos do Artº 24º, nº 1, do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, a Assembleia Geral Ordinária reunirá à hora marcada nesta convocatória, se estiver presente mais de metade dos Associados com direito a voto, ou trinta minutos depois, com qualquer número de presenças.

Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, 09 de Março de 2018.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(José Mário Antão Rodrigues)



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

EXERCÍCIO 2017

1. INTRODUÇÃO

Nos termos legais e estatutários e dando cumprimento ao estabelecido no compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, a Mesa Administrativa coloca à apreciação e votação dos Irmãos o Relatório de Atividades e Contas do Exercício 2017.

O presente documento sistematiza as diversas propostas definidas em Plano de Ação, assim como o seu índice de execução e os resultados financeiros atingidos. Pretende constituir-se como um documento de análise e avaliação das ações desenvolvidas ao longo do ano, reportando a atividade, desempenho e evolução da Instituição.

O envelhecimento é um processo natural e irreversível, devendo ser acompanhado de cuidados adequados e com suporte emocional de todos os envolvidos, em virtude da sua falta envelhecer mais do que a própria evolução da idade.

Ao longo dos anos a Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera tem procurado oferecer um serviço de qualidade aliado a novos conceitos de gestão, de forma a rentabilizar todas as potencialidades e contribuir para o aumento do bem-estar de todos os seus utentes/clientes/utilizadores.

Procuramos que a longevidade alcançada, a possibilidade de se viver cada vez mais tempo, corresponda a um nível de bem-estar e a um grau de autonomia que possibilite a essas mesmas pessoas, a satisfação das suas necessidades fundamentais, quer em meio institucional, quer em seio familiar, primando sempre pelo reconhecimento do direito dos idosos à plena cidadania, à igualdade de oportunidades e à participação no processo de desenvolvimento económico, social e cultural.

Handwritten signature and stamp in the top right corner. The signature is in blue ink and appears to be 'F. Pereira'. Above it is a circular stamp with a cross inside, and a vertical line with an arrow pointing upwards.

2017 foi um ano atípico no nosso concelho. O grande incendio de 17 de junho aumentou a procura de ajuda da população junto da nossa Instituição, que cumprindo a sua **Missão**, desenvolveu iniciativas que procuraram responder, com qualidade e assertividade, às necessidades que nos eram apresentadas e que eram sentidas na comunidade.

O presente relatório demonstra de forma sucinta, mas clara e transparente, a ação desta Instituição no ano de 2017, sendo demonstrativa a forma como a satisfação e a melhoria da qualidade de vida de todos os que nos procuram, constitui a nossa prioridade.

2. ATIVIDADE

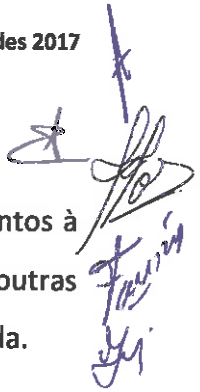
A Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera desenvolve a sua Missão com a colaboração de 62 funcionários e 18 voluntários (órgãos sociais), que diariamente se empenham e cumprem com dedicação e profissionalismo as diferentes funções que lhes estão adstritas.

A Organização das Nações Unidas, no seu plano Internacional sobre o Envelhecimento “defende que os cuidados prestados aos idosos devem ser mais vastos que os necessários ao tratamento de doenças, considerando fatores físicos, mentais, sociais, espirituais e ambientais, que condicionam o bem-estar total do Individuo”.

Nesta perspetiva a Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera tem desenvolvido todos os esforços no sentido de que todas as suas Respostas Sociais sigam e defendam estes valores, sendo desenvolvidas ações e/ou iniciativas sociais que promovam o bem-estar e a qualidade de vida, no cumprimento das necessidades sentidas e diagnosticadas na comunidade e naqueles que nos procuram.

Para a população idosa desenvolve a sua atividade através de duas **Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI'S)**, uma para 18 e outra para 45 clientes, um **Centro de Dia** para 11 utilizadores e um **Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)** para 30 pessoas.

Sendo Castanheira de Pera um concelho com grandes carências ao nível da saúde, principalmente em cuidados especializados, a Santa Casa continuou a desenvolver esses mesmos cuidados na sua Clínica de Fisioterapia e Reabilitação.



Como Instituição dinâmica, de cariz e apoio social, que somos, procuramos estar atentos à possibilidade nos envolvermos nos mais diversos projetos, em parceria com outras entidades, numa ação concertada e ajustada e não feita de forma individualista e isolada.

Por outro lado, e embora tenhamos protocolos assinados com diversas entidades ou organismos, procuramos dar resposta a todas as solicitações ou situações que nos sejam sinalizadas, mesmo sem formalização de parcerias, desde que se enquadrem na nossa área de atuação.

FATOS RELEVANTES OCORRIDOS NO PERÍODO/EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Todo o trabalho é realizado para e com o ser humano, sempre com a convicção de um trabalho consciente e que vise combater as necessidades sentidas e melhorar o bem-estar de todos os envolvidos e dos que nos procuram.

Na área da terceira idade, verificámos um crescimento da procura e conseqüente aumento da taxa de ocupação, nos serviços de SAD e Centro de Dia.

Para um conjunto de indivíduos sinalizados como social e economicamente desfavorecidos, continuámos a desenvolver uma Cantina Social, fornecendo diária e gratuitamente as duas principais refeições.

Continuámos também a ser reconhecidos pelo I.F.A.P., como entidade beneficiária de produtos a retirar, que nos permitiram receber, gratuitamente, géneros alimentares, nomeadamente produtos secos, frutas e legumes.

Procurando colmatar a falta de estruturas médicas e de reabilitação no concelho, a Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, desenvolveu os serviços prestados na Clínica Fisioterapia e Reabilitação, atualmente presta consultas de fisioterapia, cuidados de reabilitação, consultas de clínica geral e consultas de pediatria.

Na continuidade da prestação dos cuidados médicos, foi elaborada uma candidatura ao Prémio BPI Sénior, para uma unidade móvel de saúde, a qual vimos aprovada e atribuído o primeiro prémio, em mais de 480 candidaturas.

2017 ficou marcado pelo terrível incêndio que assolou todo o nosso concelho. A Misericórdia consciente do seu dever de responsabilidade e solidariedade procurou prestar todo o apoio possível, acolheu desalojados, prestou cuidados médicos, forneceu refeições, distribuiu bens de primeira necessidade e prestou apoio psicológico, porque embora as carências materiais tenham sido muitas, as fragilidades emocionais agravaram-se e a necessidade de acompanhamento tornou-se essencial.

Como forma de atenuar o sentimento de tristeza e promover atividades que proporcionassem animação e alegria no ambiente do nosso concelho, foi levado a cabo a atividade "Aldeia Natal", promovida pelo Município e pela empresa Municipal Prazilandia, tendo a Santa Casa participado ativamente com a abertura de uma loja, onde foi possível divulgar os trabalhos realizados pelos nossos utentes e divulgar a atividade da instituição.

FATORES DE RISCO

Face ao enquadramento externo, aos problemas sócio económicos que o nosso país e concelho atravessam, ao aumento do desemprego e à diminuição das condições de vida, continua a ser intenção da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, a procura e tentativa de minimização dos impactos negativos dessas condicionantes, procurando criar condições para a melhoria do bem-estar de todos e a sustentabilidade da própria instituição.

Apesar de se propagar um ambiente social de algum otimismo, as assimetrias agravaram-se, o interior tende cada vez mais a ser esquecido e envelhecido.

Os problemas sociais refletem-se nas famílias, na sua situação financeira e consequentemente nas mensalidades que lhe são atribuídas através de uma proporcionalidade estabelecida pela Segurança Social. Neste cenário continuam a existir incumprimentos e/ou atrasos no pagamento das mensalidades por parte dos nossos clientes ou seus responsáveis, servindo, em muitos casos, as pensões de reforma, como meio de sustento aos filhos ou responsáveis.

Fruto da própria legislação e da vontade de melhorar e concretizar as atividades com o maior profissionalismo, a Santa Casa tem a preocupação de recrutar colaboradores

especialistas em várias áreas de intervenção, contratação esta que implica agravamento de custos e maior despesa para a Instituição.

3. INVESTIMENTOS

O ano 2017 foi pautado por uma gestão cuidadosa e prudente, o investimento efetuado foi o necessário para o bom e normal funcionamento das respostas sociais.

Com o intuito de melhorar e diversificar a qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes e à população local, a Instituição investiu na aquisição e renovação de algum equipamento básico.

O referido traduz-se nos seguintes valores:

- Equipamento de transporte - Carrinha Renault Kangoo afeta ao serviço clínico nos lares e no SAD – **13.700,00 €** (financiamento, através de um contrato de leasing, por um período de 4 anos);
- Equipamento médico e de reabilitação – **1.735,57 €** (renovação de algum equipamento afeto às ERPI's e apetrechamento da clínica de fisioterapia);
- Substituição de equipamento de cozinha – **3.174,93 €**;
- Equipamento administrativo e informático afeto a todas as respostas sociais – **3.576,88 €**;
- Equipamento básico diverso – **696,87 €**;
- Conservação e manutenção de imóveis – **444,03 €**.

4. SITUAÇÃO FINANCERA E RESULTADOS

O resultado apurado no exercício é negativo, no montante de 27.273,97€.

As depreciações efetuadas atingiram o valor de 80.056,14 €.

Não existem dívidas em mora à segurança social nem às finanças.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se a transferência do resultado líquido do exercício (-27.273,97 €) para a conta de Resultados Transitados.

6. RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos assumem particular importância pela natureza social e humana das atividades desenvolvidas, prestadas por pessoas e destinadas a pessoas. É no fator humano que reside quase exclusivamente o valor acrescentado da prestação de serviços aos clientes/utilizadores da Instituição.

O quadro seguinte divulga informações acerca da evolução dos recursos humanos ao serviço da Instituição durante o ano 2017:

Funcionários	Em 31/12/2016	Em 31/12/2017
Do Quadro	58	59
Contratados	2	2
Contratos Emprego Inserção	2	1
Estágio Profissional	1	0
Voluntariado	18	18
Total	81	80
Prestadores Serviços	3	3

Apesar do número de funcionários ao serviço da Instituição não ter sofrido alterações significativas, verificou-se um aumento nos gastos com o pessoal originado, essencialmente, pelas atualizações salariais que decorreram da correta aplicação da lei (aumento do salário, aumento da taxa de segurança social e progressões nas carreiras de alguns funcionários).

De referir ainda que, na previsão de férias e subsídio de férias de 2017 a pagar em 2018, teve-se em conta as alterações salariais já ocorridas em 2018 (atualização SMN e progressões nas carreiras dos funcionários).

Durante o exercício a Instituição beneficiou de algumas medidas de incentivo ao emprego, tais como, contratos de emprego Inserção, estímulo ao emprego, redução da TSU através de

medidas de apoio à contratação e, no caso de funcionários com salário mínimo nacional, redução TSU em 0,75 pontos percentuais.

Relativamente a prestadores de serviços na área da saúde e na área de gestão financeira, mantemos vínculo contratual com o médico de clínica geral, com o médico fisiatra e com a Revisora Oficial de Contas.

7. VIATURAS

O parque automóvel da nossa Instituição é composto pelas seguintes viaturas:

VEÍCULO	ANTIGUIDADE	KMS	AFETAÇÃO
Renault Kangoo 43-TD-16	0	3.427	Lares
Mercedes Benz 208 D 65-49-IJ	17	212.682	Centro de Dia
Opel Combo Cargo 81-GS-73	9	103.194	Apoio Domiciliário
Opel Combo Cargo 81-GS-74	9	65.670	Apoio Domiciliário
Opel Combo Cargo 81-GS-75	9	18.830	Todas as Resp.Sociais
Renault Kangoo 31-OC-95	4	48.274	Apoio Domiciliário
Renault Master 31-OJ-59	4	36.770	Lares e Centro de Dia
Renault 97-NM-69	4	16.147	Lares

8. PARCERIAS

Qualquer instituição que não comunique, que não divulgue as suas ações, que não se relacione com o seu público e entidades congéneres está dotada ao fracasso e não conseguirá, por si só, desenvolver e concretizar aquilo a que se propõe, nem se impor enquanto entidade credível. As parcerias e o trabalho em equipa são fundamentais para a obtenção de melhores resultados e maior satisfação do público a abranger. Neste pressuposto a Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera procura estabelecer parcerias para realizar um trabalho articulado e devidamente integrado no meio, respondendo às necessidades sentidas, tendo em 2017 mantido habituais parcerias e fomentadas novas com vista à criação de sinergias, otimizando os recursos.

Assim, atualmente, há parcerias estabelecidas com as seguintes entidades e organismos:

- Instituto da Segurança Social, I.P. - Centro Distrital de Leiria;
- Município de Castanheira de Pera;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP;
- Centro de Saúde de Castanheira de Pera;
- União de Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral;
- C.L.A.S. - Conselho Local Ação Social (Rede Social);
- C.P.C.J – Comissão Proteção Crianças e Jovens do Concelho de Cast^a de Pera;
- R.S.I. – Rendimento Social de Inserção;
- C.M.S. – Conselho Municipal de Segurança;
- Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pera;
- Intervenção Precoce;
- Escola Tecnológica e Profissional de Sicó;
- Gesaúde;
- CERCICAPER;
- Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos;
- Profiforma;
- Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal.

9. PERSPECTIVAS

Exercendo a nossa Instituição um importante papel na economia local e que pretende ser reconhecida pela qualidade dos serviços prestados, adaptados às necessidades sentidas e manifestas, procura manter através de uma atualização constante e permanente dos processos e metodologias. Pretendemos, assim, ser um modelo de excelência, sustentado na inovação, contribuindo para o desenvolvimento económico-social da comunidade”, perspetivamos, no futuro, continuar a realizar um trabalho de qualidade, assente na determinação e perseverança, sempre com o objetivo da valorização do idoso e dos mais necessitados.

Continuaremos a procurar melhorar as condições físicas dos nossos equipamentos, bem como a qualidade das condições de trabalho dos nossos profissionais, que se refletirão na melhoria dos serviços prestados aos nossos clientes.

Dada a aprovação da candidatura ao B.P.I Sénior, para uma unidade móvel de saúde, iremos prestar cuidados clínicos, de fisioterapia, consultas médicas de clinica geral e fisioterapia e análises clínicas, à população do concelho, no seu domicílio ou na própria carrinha, mas junto à sua própria residência.

No âmbito de apoio alimentar em 2018 desenvolveremos o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, que visa atribuir, mensalmente, géneros alimentares, às famílias com mais baixos recursos económicos, do concelho, no total de 41 pessoas.

Cabe-nos então, apesar dos resultados negativos, fomentar a esperança, apelar à responsabilidade social das empresas e unir esforços para a realização de atividades de captação de recursos e angariação de fundos.

Já com projeto elaborado para a criação de um Centro de Noite, continuaremos a lutar para que se torne realidade e possamos colocar à disposição da população castanheirense mais uma Resposta Social, que permitirá manter os idosos no seu domicílio durante o dia e à noite, período de maior receio e solidão, terem um espaço de abrigo, acompanhamento, transporte e fornecimento de refeições, jantar e pequeno-almoço.

10. AGRADECIMENTOS

O presente relatório de atividades do exercício dá cumprimento às disposições legais e estatutárias, e relata os principais acontecimentos ocorridos no exercício de 2017, o qual teve o seu início no dia 1 de janeiro e o seu término em 31 de dezembro.

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, reconhece e agradece a todos os que colaboraram, direta ou indiretamente, na construção e desenvolvimento das diversas atividades, pois só com o empenho de

todos é possível concretizar o planeado e engrandecer, cada vez mais, a nossa Instituição.

Aos funcionários/colaboradores, o nosso agradecimento pelo trabalho realizado, pela dedicação, pelo esforço, empenho e disponibilidade, sendo de realçar que é deles que depende em grande parte, o sucesso da Instituição.

Aos nossos clientes/utentes e suas famílias o nosso obrigado pelos contributos e apoio e por fazerem parte da “grande família Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera”.

Obrigado a todos e o nosso bem-haja!

Castanheira de Pera, 06 de Março de 2018

A Mesa Administrativa,



The image shows a circular official stamp of the Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera. The stamp contains the text "SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA" around the perimeter and "APARTEADO 23 3280-017 CASTR. PERA" in the center. Overlaid on the stamp are several handwritten signatures in blue ink, including one that appears to read "João F. Silva".

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 501163140

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2 098 182,01	2 152 295,30
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1, 12.12	44 811,48	40 901,96
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes	3.2.1, 4	0,00	0,00
Propriedades de investimento	3.2.1, 4	0,00	0,00
		2 142 993,49	2 193 197,26
Activo corrente			
Inventários	7	11 282,99	11 869,76
Créditos a receber	12.2	28 470,27	25 345,55
Estado e outros entes públicos	12.8	3 278,23	4 810,66
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	12.4	7 131,12	6 020,18
Outros ativos correntes	12.3	13 259,36	15 262,58
Caixa e depósitos bancários	12.5	145 244,12	85 215,62
		208 666,09	148 524,35
Total do ativo		2 351 659,58	2 341 721,61
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.6	650 077,38	650 077,38
Excedentes técnicos	12.6	0,00	0,00
Reservas	12.6	0,00	0,00
Resultados transitados	12.6	420 628,20	499 962,43
Excedentes de revalorização	12.6	708 769,50	728 189,50
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	226 681,13	204 679,26
		2 006 156,21	2 082 908,57
Resultado líquido do período		-27 273,97	-98 754,23
Total dos fundos patrimoniais		1 978 882,24	1 984 154,34
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	137 153,80	147 054,12
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		137 153,80	147 054,12
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	54 446,35	46 924,48
Estado e outros entes públicos	12.8	28 590,05	25 426,92
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	20 780,69	19 967,27
Diferimentos	12.4	5 049,82	10 136,52
Outros passivos correntes	12.9	126 756,63	108 057,96
		235 623,54	210 513,15
Total do passivo		372 777,34	357 567,27
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 351 659,58	2 341 721,61

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

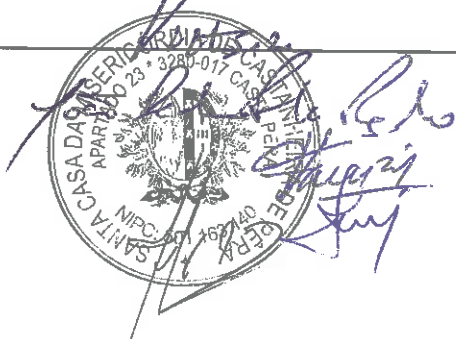
Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	574.557,71	552.248,10
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	492.408,82	409.332,06
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10	47.421,79	44.891,88
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	176.262,36	191.100,71
Fornecimentos e serviços externos	12.11	160.485,48	164.000,54
Gastos com o pessoal	10	768.951,46	703.782,95
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	2.274,28
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.12	-3.254,10	0,00
Outros rendimentos	12.13	57.556,20	42.605,87
Outros gastos	12.14	14.909,26	1.682,89
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		54.590,06	-13.763,46
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	80.056,14	83.464,46
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-25.466,08	-97.227,92
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	111,20	139,88
Juros e gastos similares suportados	6, 12.15	1.919,09	1.666,19
Resultados antes de impostos		-27.273,97	-98.754,23
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-27.273,97	-98.754,23

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



A. Pereira

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900401 - Lar de Idosos S. José

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	269.106,60	262.786,27
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	263.559,60	209.685,27
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10	19.970,64	19.424,64
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	86.658,08	95.079,09
Fornecimentos e serviços externos	12.11	84.487,87	85.044,08
Gastos com o pessoal	10	340.244,90	313.310,64
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	2.274,28
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.12	-3.254,10	0,00
Outros rendimentos	12.13	37.882,81	30.424,67
Outros gastos	12.14	11.168,76	1.084,76
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		71.214,14	25.528,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	52.185,71	58.668,27
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		19.028,43	-33.140,27
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	111,20	129,66
Juros e gastos similares suportados	6, 12.15	626,22	397,68
Resultados antes de impostos		18.513,41	-33.408,29
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		18.513,41	-33.408,29

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

(Assinatura)
 Mesa Administrativa
 João Pedro de Jesus
 Assinatura

(Assinatura)
 Assinatura

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900402 - Centro de Dia

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	34.536,58	27.458,96
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	17.427,64	13.054,84
Varição nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10	2.854,38	2.639,09
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	11.195,29	9.307,29
Fornecimentos e serviços externos	12.11	6.246,61	7.926,24
Gastos com o pessoal	10	48.348,88	44.205,07
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.12	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.13	487,75	46,26
Outros gastos	12.14	67,42	41,70
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-10.551,85	-18.281,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	151,63	151,63
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-10.703,48	-18.432,78
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	0,00	1,29
Juros e gastos similares suportados	6, 12.15	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-10.703,48	-18.431,49
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-10.703,48	-18.431,49

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

(Aferido)

Aferido

Vittorio
João Pedro

[Handwritten signature]

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 501163140

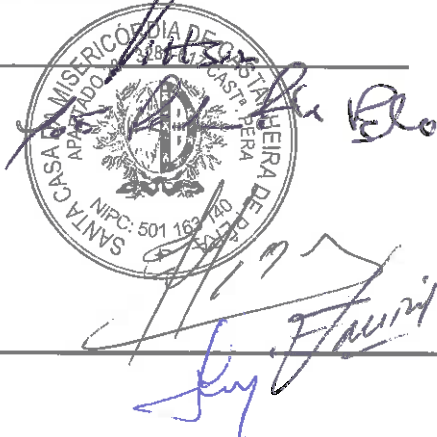
Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900403 - Apoio Domiciliário

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	79.971,21	74.750,58
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	95.424,16	80.505,48
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10	6.936,17	6.954,57
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	33.799,30	34.172,23
Fornecimentos e serviços externos	12.11	17.422,73	18.196,07
Gastos com o pessoal	10	113.503,56	110.218,86
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.12	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.13	9.623,11	8.186,29
Outros gastos	12.14	1.412,53	225,17
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		25.816,53	7.584,59
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	6.850,95	4.110,95
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		18.965,58	3.473,64
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	0,00	2,57
Juros e gastos similares suportados	6, 12.15	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		18.965,58	3.476,21
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		18.965,58	3.476,21

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado





SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900405 - Lar de Idosos S.Domingos

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	177.250,22	177.002,09
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	106.347,42	90.227,02
Varição nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10	16.127,98	15.132,80
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	37.957,79	41.553,97
Fornecimentos e serviços externos	12.11	40.428,48	39.810,28
Gastos com o pessoal	10	242.865,26	219.059,93
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.12	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.13	7.396,73	1.782,85
Outros gastos	12.14	760,55	331,26
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-14.889,73	-16.610,68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	15.954,71	15.772,12
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-30.844,44	-32.382,80
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	0,00	6,36
Juros e gastos similares suportados	6, 12.15	1.292,87	1.268,51
Resultados antes de impostos		-32.137,31	-33.644,95
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-32.137,31	-33.644,95

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

António Silva
 João Pedro da Rocha

Apereira

Apereira
Apereira
Apereira

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900407 - Centro de Fisioterapia e Reabilitação

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	13.693,10	10.250,20
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	0,00	3.191,95
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10	1.110,08	353,99
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	770,08	1.665,62
Fornecimentos e serviços externos	12.11	11.002,87	11.635,30
Gastos com o pessoal	10	19.663,94	12.921,53
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.12	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.13	2.165,80	2.165,80
Outros gastos	12.14	1.500,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-15.967,91	-10.260,51
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	4.913,14	4.761,49
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-20.881,05	-15.022,00
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6, 12.15	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-20.881,05	-15.022,00
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-20.881,05	-15.022,00

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
 João Roberto de Sousa

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
 João Roberto de Sousa

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900406 - PEA_Cantinas Sociais

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	9.650,00	12.667,50
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10	422,54	386,79
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	5.881,82	9.322,51
Fornecimentos e serviços externos	12.11	896,92	1.388,57
Gastos com o pessoal	10	4.324,92	4.066,92
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.12	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.13	0,00	0,00
Outros gastos	12.14	0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1.031,12	-1.723,71
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1.031,12	-1.723,71
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6, 12.15	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-1.031,12	-1.723,71
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-1.031,12	-1.723,71

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
 João Carlos da Silva

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
 João Carlos da Silva

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		601.871,50	592.929,81
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		331.019,44	372.843,15
Pagamentos ao pessoal	10	669.807,29	620.800,70
Caixa gerada pelas operações		-398.955,23	-400.714,04
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-27.803,00	-20.660,00
Outros recebimentos/pagamentos		465.556,76	379.279,99
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		38.798,53	-42.094,05
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	15.785,08	36.376,70
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1	36,90	29,52
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1.147,21	9.860,79
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		111,20	71.657,47
Outros ativos		9.840,72	10.180,33
Subsídios ao investimento	12.6	49.665,00	13.000,00
Juros e rendimentos similares		0,00	28,68
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		44.942,15	68.321,05
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	6	21.786,90	19.803,26
Juros e gastos similares	6	1.925,28	1.815,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-23.712,18	-21.618,26
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		60.028,50	4.608,74
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		85.215,62	80.606,88
Caixa e seus equivalentes no fim do período		145.244,12	85.215,62

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
 João Pedro de Sousa

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
 João Pedro de Sousa



MAPA DE CONTROLE DO(S) SUBSÍDIO(S) PARA INVESTIMENTO(S)
ANEXO OBRIGATORIO

CG

ANO: 2017

Conta de Gerência das Instituições Particulares de Solidariedade Social

N166: 20010169006

N1FC: 501163140

CONTA	DESCRIÇÃO	ANO INICIAL	VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	VALOR DO SUBSÍDIO	VALORES ANUAIS DAS DESPESAS E DAS RECEITAS					MONTANTES DE ENCARGOS				TOTAL					
					2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025		2026	2027			
593	SUBSÍDIOS																		
59315																			
593151	Div.Eq._PRODER12_Comp.Comunitária (80%)	2012	58.595,47		9.386,88	9.386,88	9.386,88	9.386,88	26.257,40									0,00	
593151	Div.Eq._PROLER12_Comp.Comunitária (60%)				9.386,88			3.741,83										16.872,52	
593152	D.v.Eq._PRODER12_Comp.Comunitária (20%)	2012	14.648,87		2.346,72	2.346,72	2.346,72	2.346,72	6.564,35										
593152	Div.Eq._PRODER12_Comp.Nacional (20%)				2.346,72			935,46										4.217,63	
	TOTAL SUBSÍDIO		73.244,34		11.733,60	11.733,60	11.733,60	11.733,60	32.821,75	11.733,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.088,15	
4	INVESTIMENTO																		
4333	Eq.Básico - Div.Equip._PRODER-SAD	2012	726,00		726,00	0,00	0,00	0,00	0,00									0,00	
	Eq.Básico - Lavand.PRODER - Lar S.José	2013	16.901,50		2.112,69	2.112,69	2.112,69	2.112,69	8.450,74									6.338,05	
	Eq. Básico - Coz. PRODER - SAD	2013	11.066,46		1.383,31	1.383,31	1.383,31	1.383,31	5.533,22									4.149,91	
	Eq.Básico - Coz. PRODER - Lar S.José	2013	22.003,30		2.750,41	2.750,41	2.750,41	2.750,41	11.001,66									8.251,25	
	Eq.Transporte - PRODER - SAD (Agos.2013)	2014	47.042,07		9.408,41	9.408,41	9.408,41	9.408,41	18.816,84									9.408,43	
	TOTAL DO INVESTIMENTO		97.739,33		15.654,82	15.654,82	15.654,82	15.654,82	49.802,48									28.147,64	
593	SUBSÍDIOS																		
59316																			
593161	Div.Eq._PRODER13_Comp.Comunitária (80%)	2013*	52.648,62		3.373,86	3.373,86	3.373,86	3.373,86	39.888,54	3.373,86								36.512,68	
593162	Div.Eq._PRODER13_Comp.Nacional (20%)	2013*	13.162,16		843,47	843,46	843,46	843,46	9.971,84	843,47								9.126,17	
	TOTAL SUBSÍDIO		65.810,78		4.217,33	4.217,33	4.217,33	4.217,33	49.858,18	4.217,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.640,85	
4	INVESTIMENTO																		
4333	Eq.Bás. - RUB.75_PRODER-Lares S.José + S.Domu	2015	32.562,15		651,24	651,24	651,24	651,24	31.910,91									31.259,67	
	Eq.Básico - RUB.75_PRODER - Lar S.José	2013	4.477,20		559,65	559,65	559,65	559,65	3.357,90									2.798,25	
	Eq.Básico - RUB.65_PRODER - Lar S.José	2013	20.380,42		407,01	407,01	407,01	407,01	18.536,40									19.129,39	
	Eq.Básico - RUB.124_PRODER - Lar S.José	2013	36.250,92		4.531,38	4.531,38	4.531,38	4.531,38	27.188,16									22.656,78	
	TOTAL DO INVESTIMENTO		93.640,69		6.149,28	6.149,28	6.149,28	6.149,28	81.993,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.844,89	
593	SUBSÍDIOS																		
59317	Equip.Centro Fisiot.Reab.-U.Freg.Cast.Pera e Central	2016	10.000,00		1.666,00	1.666,00	1.666,00		8.334,00	1.666,00								6.668,00	
593172	Equip.Centro Fisiot.Reab.-Município Cast.Pera	2016	3.000,00		499,80	499,80	499,80		2.500,20	499,80								2.000,40	
	TOTAL SUBSÍDIO		13.000,00		2.165,80	2.165,80	2.165,80	0,00	10.834,20	2.165,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.668,40	
4	INVESTIMENTO																		
4333	Eq.Básico - Div.Equip.Centro Fisiot,e Reabilit.	2016	15.980,53		2.661,86	2.661,86	2.661,86		13.318,67									10.656,81	
	TOTAL DO INVESTIMENTO		15.980,53		2.661,86	2.661,86	2.661,86	0,00	13.318,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.656,81	

++ftg=<h+i+j>

Afuey

John Izquier

Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2016

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais										Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	650.077,38			565.515,86	747.609,50	214.562,20	(85.373,43)	2.092.791,51			2.092.791,51	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis			19.420,00			(19.420,00)							
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2		(85.373,43)		(65.963,43)	(19.420,00)	(9.882,94)	85.373,43	(9.882,94)			(9.882,94)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3												
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3												
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos													
Subsídios, doações e legados													
Outras operações													
POSICÃO NO FIM DO ANO 2016	6=4+2+3+5	650.077,38			499.962,43	728.189,50	204.679,26	(98.754,23)	1.984.154,34			1.984.154,34	

Castanheira de Pera, 1 de Março 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Afremy

A MESA ADMINISTRATIVA



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Luis' and 'M. J. ...'.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais						Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos /Outras variações nos fundos patrimoniais			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017?	6	650.077,38	-	-	499.962,43	728.189,50	204.679,26	(98.754,23)	1.984.154,34	1.984.154,34
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	12.6									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis			19.420,00							
Excedentes de realização do excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7				(98.754,23)		22.001,87	98.754,23	22.001,87	22.001,87
RESULTADO INTEGRAL	8				(79.334,23)		22.001,87	98.754,23	22.001,87	22.001,87
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	9=7+8									
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Distribuições										
Outras operações										
POSICÃO NO FIM DO ANO 2017?	10	650.077,38	-	-	420.628,20	708.769,50	226.661,13	(27.273,97)	1.978.882,24	1.978.882,24

Castanheira de Pera, 1 de Março 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Aferny

A MESA ADMINISTRATIVA





SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA

Anexo

31 de dezembro de 2017

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
3.3	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros:.....	9
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	9
5	Ativos Intangíveis	11
6	Custos de Empréstimos Obtidos	11
7	Inventários	12
8	Rédito	12
9	Subsídios do Governo e Apoios do Governo.....	12
10	Benefícios dos Empregados	13
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	14
12.1	Investimentos Financeiros	14
12.2	Créditos a Receber	14
12.3	Outros Ativos Correntes.....	15
12.4	Diferimentos	15
12.5	Caixa e Depósitos Bancários	15
12.6	Fundos Patrimoniais.....	16
12.7	Fornecedores	16
12.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	16
12.9	Outros Passivos Correntes	17
12.10	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	17
12.11	Fornecimentos e Serviços Externos	17
12.12	Aumentos/Reduções de justo valor	18
12.13	Outros Rendimentos	18
12.14	Outros Gastos.....	19
12.15	Resultados Financeiros.....	19
12.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	19
12.17	Outras Considerações	20

O presente Anexo, relativo ao período de 2017, procede à compilação das divulgações que a Instituição considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente as NCRF-ESNL.

1 Identificação da Entidade

Designação da Entidade: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA

Sede Social: Praça Visconde de Nova Granada, Castanheira de Pera.

NIPC: 501 163 140

Atividade Principal: Apoio social para pessoas idosas, com alojamento.

Endereço Eletrónico: geral@scmcp.pt

Natureza/Constituição: Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Misericórdia e com estatutos publicados no Diário da República nº 260 de 11-11-1989, Série III. Efetuado registo de alteração de Estatutos, lavrado pelo averbamento nº 2 à inscrição nº 10/89, a fls. 79 e 126 verso do livro nº 2 das Irmandades da Misericórdia, considerando-se efetuado a 01/02/2016.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho (alterado e clarificado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho). O Anexo I refere que o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo assimila a transposição da Diretiva nº 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013. Os instrumentos que o compõe são os seguintes:

- Bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho que revogou a portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria 218/2015 de 23 de julho, que revogou a portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, que substituiu o nº 6726-B/2011, de 14 de março;

- Normas Interpretativas (NI).

O Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) é um modelo assente mais em princípios do que em regras explícitas e que se pretende em sintonia com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), normas essas adotadas pela União Europeia.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 do já revogado aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março - Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Pressuposto da Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na sua natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente, em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção

inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Para alguns bens, nomeadamente o edifício sede - lar S. José, é utilizado o método do justo valor, através de relatórios de peritos avaliadores independentes, elaborados durante o ano 2012, para o efeito.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 a 6
Outros Ativos fixos tangíveis	8 a 50

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados, nas rubricas "Outros Rendimentos" ou "Outros Gastos".

Propriedades de Investimento

As designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios) são reconhecidas, a partir de 1 de janeiro de 2016, como ativos fixos tangíveis (parágrafo 7.5 do Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho).

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

O critério utilizado é o custo de aquisição ou o valor doado (justo valor).

As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto, as benfeitorias que, previsionalmente, venham a gerar benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são registados pelo método do custo.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

Procedeu-se, durante o ano 2017, à regularização de inventários doados, estes foram valorizados ao preço de mercado (justo valor).

3.2.5 Subsídios

Subsídios monetários: quantia nominal;

Subsídios não monetários: justo valor do ativo não monetário (ou pela quantia nominal, quando o justo valor não possa ser determinado com fiabilidade).

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis, estão incluídos no item de “Outras Variações Patrimoniais”. São transferidos para resultados numa base sistemática e à medida que decorrer o respetivo período de depreciação.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

Os “Créditos a Receber” e as “Outros Ativos Correntes” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, retratando, desta forma, o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos Obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e Gastos Similares Suportados".

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- ...
- As Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- ...

3.3 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Os edifícios e terrenos, objeto de avaliação de peritos avaliadores independentes, passaram a ser valorizados, desde a adoção do SNC, ao justo valor.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					
	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	8.941,26					8.941,26
Edif. e outras construções	2.101.425,77	8.030,16		154.378,97		2.263.834,90
Equipamento básico	582.682,17	18.418,30				601.100,47
Equipamento de transporte	146.490,21					146.490,21
Equipamento administrativo	108.576,34	3.159,51				111.735,85
Outros Ativos fixos tangíveis	23.558,83	7.267,85				30.826,68
Total	2.971.674,58	36.875,82	0,00	154.378,97	0,00	3.162.929,37
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edif. e outras construções	212.695,92	41.428,85		33.571,11		287.695,88
Equipamento básico	465.879,06	25.191,83				491.070,89
Equipamento de transporte	111.664,96	12.708,41				124.373,37
Equipamento administrativo	101.736,48	2.366,11				104.102,59
Outros Ativos fixos tangíveis	1.622,08	1.769,26				3.391,34
Total	893.598,50	83.464,46	0,00	33.571,11	0,00	1.010.634,07

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências /Correções	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	8.941,26					8.941,26
Ed. e outras construções	2.263.834,90	444,03				2.264.278,93
Equipamento básico	601.100,47	5.607,37	625,00			606.082,84
Equipamento de transporte	146.490,21	13.700,00	28.634,63			131.555,58
Equipamento administrativo	111.735,85	3.577,48	12.649,55			102.663,78
Outros Ativos fixos tangíveis	30.826,68					30.826,68
Total	3.162.929,37	23.328,88	41.909,18	0,00	0,00	3.144.349,07
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edif. e outras construções	287.695,88	38.823,76		-2.613,97		323.905,67
Equipamento básico	491.070,89	21.502,01	625,00			511.947,90
Equipamento de transporte	124.373,37	15.448,41	28.634,63			111.187,15
Equipamento administrativo	104.102,59	2.512,70	12.649,55			93.965,74
Outros Ativos fixos tangíveis	3.391,34	1.769,26				5.160,60
Total	1.010.634,07	80.056,14	41.909,18	-2.613,97	0,00	1.046.167,06

O investimento efetuado durante o ano 2017 foi o estritamente necessário para o bom e normal funcionamento dos serviços prestados.

Através de um contrato de locação financeira e da retoma de três carros usados, a Misericórdia adquiriu uma carrinha afeta ao serviço clínico nas ERPI's e no SAD.

O equipamento informático adquirido diz respeito a investimento em PC's e num sistema de controlo de presenças dos funcionários.

Ainda durante o ano 2017, efetuaram-se alguns abates de equipamentos já obsoletos e/ou sem uso, procedendo-se à substituição de algum desse equipamento.

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73
Depreciações acumuladas						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73
Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73
Depreciações acumuladas						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	17.600,00	129.097,35	146.697,35	17.400,00	146.833,49	164.233,49
Locações Financeiras	3.180,69	8.056,45	11.237,14	2.567,27	220,63	2.787,90
Total	20.780,69	137.153,80	157.934,49	19.967,27	147.054,12	167.021,39

O referido empréstimo bancário foi concedido em 2006, pelo prazo de 20 anos. O propósito da sua constituição foi o financiamento da obra "Lar de Idosos S. Domingos".

Por um período de 5 anos, efetuaram-se dois contratos de locação financeira, um com início em 2013 e o outro em 2017, o objeto de financiamento, em ambos os casos, foram veículos, um de 5 lugares e outro de 2.

Um dos elementos essenciais na contratação de um empréstimo são as garantias oferecidas à entidade financeira. Em ambos os casos, as garantias prestadas aquando da realização dos referidos empréstimos e em consonância com informação do Banco de Portugal, são garantias reais, ou seja o pagamento das dívidas é garantido através de bens imóveis (embora conserve a posse do bem, a Instituição só readquire a propriedade plena do bem após a quitação integral da dívida).

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mat. Primas Subs. Cons.	12.519,06	187.119,19	3.332,22	11.869,76	170.789,60	4.885,99	11.282,99
Total	12.519,06	187.119,19	3.332,22	11.869,76	170.789,60	4.885,99	11.282,99
CMVMC				191.100,71			176.262,36

Fruto de uma renegociação de preços com os fornecedores verificou-se, em 2017, uma diminuição do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas. Em ambos os anos procedeu-se ao pedido de restituição de 50% do IVA suportado com a aquisição de bens alimentares e bebidas.

8 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	572.959,21	549.941,60
Quotas e joias	1.598,50	2.306,50
Juros	111,20	139,88
Total	574.668,91	552.387,98

Verifica-se uma variação positiva nos valores de "Quotas de Utilizadores", este facto deve-se essencialmente a:

- Atualizações de mensalidades no início do ano nas respostas sociais de SAD, Centro de Dia e Lar de Idosos S. José;
- Aumento da frequência média de utentes em SAD e Centro de Dia;
- Uma rotatividade de clientes nas diversas respostas sociais.

Em 2016, consequência de ano de eleições dos Órgãos Sociais da Instituição, os valores de "Quotas e Joias" foram ligeiramente superiores aos apresentados em 2017.

9 Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
Comparticipações Financeiras – ISS, IP	402.075,61	389.843,72
Sub. Eventuais – Sub. Funeral -ISS	4.175,79	1.257,66
Outras Entidades - EOEP	20.237,79	14.957,63
IEFP	18.507,09	14.957,63
EOEP - Outras	1.730,70	0,00
Total	426.489,19	406.059,01

As variações em “Subsídios do Governo – Participações Financeiras – ISS, IP” são influenciadas pelas atualizações das participações da Segurança Social, para as respostas sociais com protocolo, e pelo aumento da frequência média de clientes nas respostas sociais de SAD e Centro de Dia.

10 Benefícios dos Empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2016 e 2017, mantiveram-se em 18.

Os órgãos diretivos não usufruem de quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 63 e em 31/12/2017 foi de 62.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	621.205,07	569.660,85
Encargos sobre as Remunerações	120.673,23	109.693,64
Seguros de Acidentes Trab. e Doenças Profis.	7.203,24	5.367,67
Outros Gastos com o Pessoal	2.150,13	7.218,54
O. Pessoal	17.719,79	11.842,25
Total	768.951,46	703.782,95

A variação ocorrida nos valores de “Remunerações ao Pessoal” deve-se:

- Aos aumentos que decorrem da aplicação da legislação em vigor e que abrangem grande parte dos funcionários: atualização do salário mínimo nacional, aumento da taxa de segurança social e progressões nas carreiras dos funcionários;

- Aos valores apurados na previsão de férias e subsídio de férias relativos a 2017 a pagar em 2018, o cálculo efetuado teve em conta as atualizações salariais ocorridas já em 2018 (aumento do SMN);

Para os restantes funcionários, que não estão abrangidos pelo SMN, não houve quaisquer atualizações salariais, a não ser as que decorrem do tempo efetivo de serviço prestado.

Nos “Outros Gastos com o Pessoal”, fruto da renovação de fardamento dos funcionários que ocorreu em 2016, verifica-se uma diminuição.

A rubrica “Outro Pessoal” inclui os contratos de emprego inserção, estágios profissionais e estágios emprego, em 2017 beneficiámos de três contratos de emprego inserção e de um estágio emprego.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, em 2017 e 2016, foram 3.505,50 € e 2.952,00 € respetivamente.

Os Corpos Gerentes da Instituição são: Assembleia Geral, Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal, constituídos por irmãos no pleno uso dos seus direitos. O atual mandato, de acordo com o novo Compromisso, terá a duração de quatro anos (2017-2020).

Os referidos membros não são remunerados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Outros investimentos financeiros	44.811,48	40.901,96
Total	44.811,48	40.901,96

Os valores apresentados correspondem à soma dos saldos das contas de "Investimentos Financeiros" e de "Ativos Não Correntes Detidos para Venda". O aumento verificado deve-se a valorizações dos investimentos financeiros (títulos) e ao contributo mensal para o FCT (fundo compensação do trabalho).

12.2 Créditos a Receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Cientes e Utentes c/c		
Utentes	28.470,27	25.345,55
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	8.183,73	8.183,73
Total	36.654,00	33.529,28

Nos períodos de 2017 e 2016 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2017	2016
Utentes	-8.183,73	-8.183,73
Total	-8.183,73	-8.183,73

12.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros Ativos Correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o seguinte saldo:

Descrição	2017	2016
Outros Devedores e O. Financiadores	13.259,36	15.262,58
Total	13.259,36	15.262,58

Esta rubrica diz respeito a valores a receber de: “Outras Entidades” (despesas extra mensalidade de utentes) e de “Outros Financiadores – ISS e IEFP”, subtraindo-se a este o montante de participações do ISS deduzidas em 2018 com referência a 2017.

12.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros Diversos	5.506,24	5.666,63
O. Gastos de Funcionamento	1.624,88	353,55
Total	7.131,12	6.020,18
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	5.049,82	10.136,52
Total	5.049,82	10.136,52

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	315,17	213,92
Depósitos à ordem	144.928,95	85.001,70
Total	145.244,12	85.215,62

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	650.077,38	0,00	0,00	650.077,38
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	499.962,43	19.420,00	-98.754,23	420.628,20
Excedentes de revalorização	728.189,50	0,00	-19.420,00	708.769,50
Outras variações nos fundos patrimoniais	204.679,26	49.665,00	-27.663,13	226.681,13
Total	2.082.908,57	69.085,00	-145.837,36	2.006.156,21

As diminuições registadas dizem respeito à transferência do resultado líquido negativo de 2016 para "Resultados Transitados" e ao tratamento dado aos subsídios de investimento, doações e excedentes de revalorização (nota 3.2.5).

A variação positiva ocorrida nos "Resultados Transitados" é consequência do tratamento a dar aos excedentes de revalorização (transferência para resultados transitados à medida que o ativo for sendo usado pela entidade).

O aumento nas "O. Variações nos Fundos Patrimoniais" diz respeito à contabilização do Donativo/Fundo atribuído no âmbito da candidatura ao concurso "Prémio BPI Sénior".

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	54.446,35	46.860,42
Total	54.446,35	46.860,42

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto s/ o Valor Acrescentado (IVA)_Restituição	3.278,23	4.810,66
Total	3.278,23	4.810,66
Passivo		
Imposto s/o Rendim. das Pessoas Singulares (IRS)	3.583,00	2.466,00
Segurança Social	24.939,35	22.909,85
Fundo Compensação Trabalho	67,70	51,07
Total	28.590,05	25.426,92

A rubrica de ativo corrente – "E.O.E.P. – IVA – Restituição" inclui:

- 50% do IVA suportado nas aquisições de bens de alimentação e bebidas (em ambos os anos);
- 50% do IVA suportado com a realização de obras e com a conservação e reparação de alguns equipamentos, este valor diminui consequência de um menor investimento em obras durante o ano 2017;

- IVA suportado, em ambos os anos, com a aquisição de AFT (ativos fixos tangíveis), até ao limite de 1.150,00 € (50% do limite legal).

12.9 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
	Corrente	Corrente
Pessoal	148,12	110,42
Remunerações a pagar	55,38	0,00
Sindicatos	92,74	110,42
Fornecedores de Investimentos	3.502,40	4.413,59
Credores por acréscimo de gastos	114.529,75	97.623,65
Outros credores	8.576,36	5.910,30
Total	126.756,63	108.057,96

12.10 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	426.489,19	406.059,01
Doações e heranças	65.919,63	3.273,05
Total	492.408,82	409.332,06

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

As "Doações e heranças" registam um aumento significativo, grande parte consequência do incêndio que deflagrou a 17-06-2017 e assolou todo o nosso concelho.

12.11 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados	55.957,17	59.058,68
Materiais	7.050,25	9.342,51
Energia e fluidos	75.498,61	76.975,05
Deslocações, estadas e transportes	1.756,71	966,72
Serviços diversos	12.840,79	14.100,85
Encargos com os utentes	7.381,95	3.556,73
Total	160.485,48	164.000,54

No global verifica-se uma diminuição do valor dos gastos com "Fornecimentos e Serviços Externos".

Nos serviços especializados, apesar do aumento dos gastos com serviços médicos, regista-se uma variação negativa, pois o valor das contratações de serviços de conservação e reparação, fruto das já efetuadas no ano anterior, diminuíram significativamente. Nos outros serviços, salienta-se as diminuições nos gastos com serviços de comunicação, com combustíveis de aquecimento e com a aquisição de ajudas técnicas e materiais para os utentes.

Os aumentos nas rubricas “deslocações, estadas e transportes” e “encargos com os utentes” são consequência do auxílio prestado pela Misericórdia após o incêndio de 17-06-2017.

12.12 Aumentos/Reduções de justo valor

Descrição	2017	2016
Perdas por redução de justo valor	184,52	0,00
Total	184,52	0,00
Ganhos por aumento de justo valor	3.438,62	0,00
Total	3.438,62	0,00

Em 2016 as valorizações dos títulos/ações eram contabilizadas na conta 78 - “Rendimentos nos restantes ativos financeiros”, em 2017, por ser mais adequado, passou a utilizar-se as contas 77 - ganhos por aumento de justo valor e 66 - perdas por redução de justo valor.

12.13 Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros Rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	1.294,07	1.073,52
Ganhos em inventários	0,00	8,86
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	2.541,24
Rendimentos em investimentos não financeiros	20.732,20	12.827,00
Outros rendimentos	35.529,93	26.155,25
Total	57.556,20	42.605,87

Em 2017 a rubrica “Rendimentos nos restantes ativos financeiros” não contém valores (explicado na nota 12.12).

Os “Rendimentos em investimentos não financeiros” incluem, em 2017, os valores da retoma de 3 veículos usados bem como uma indemnização, paga pelo seguro, para cobertura dos prejuízos causados pelo incêndio de 17-06-2017 no nosso prédio sito nas Sarzedas de S. Pedro.

A variação nos “Outros Rendimentos” deve-se ao aumento de “Correções Relativas a Períodos Anteriores”.

12.14 Outros Gastos

A rubrica de "Outros Gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	1.801,03	269,78
Incobráveis	1.138,75	163,47
Gastos nos restantes investimentos financeiros	36,90	63,76
Gastos em investimentos não financeiros	4.884,51	0,00
Outros Gastos	6.092,46	1.185,88
Gastos c/apoios financeiros concedidos	955,61	0,00
Total	14.909,26	1.682,89

Os valores registados nas rubricas de "Gastos em investimentos não financeiros" e "Gastos c/ apoios financeiros concedidos" são consequência da contabilização dos prejuízos causados e do auxílio prestado aquando do incêndio de 17-06-2017.

A variação em "Outros gastos" deve-se ao valor de um donativo em espécie com contrapartida na conta 753 – Doações e heranças, a Misericórdia foi meramente intermediária do referido donativo.

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	906,90	1.068,40
Outros gastos e perdas de financiamento	1.012,19	597,79
Total	1.919,09	1.666,19
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	111,20	139,88
Total	111,20	139,88
Resultados Financeiros	-1.807,89	-1.526,31

Os juros e gastos similares suportados têm origem no empréstimo bancário e nas locações financeiras mencionados na nota n.º 6.

12.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

12.17 Outras Considerações

Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se a transferência do resultado líquido do exercício, no montante de -27.273,97€, para a conta de Resultados Transitados.

Castanheira de Pera, 2 de março de 2018

O Contabilista Certificado (nº 83671)



A Mesa Administrativa



The stamp is circular and contains the text: "SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA" around the top edge and "MPC: 501163140" at the bottom. It features several handwritten signatures and initials in black and blue ink over the stamp.



Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera

PARECER DO CONSELHO FISCAL

---Aos dez dias do mês de março de dois mil e dezoito, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, para apreciar e dar o seu parecer sobre as contas do exercício de dois mil e dezassete, elaboradas segundo o SNC-ESNL.-
---Porque este Conselho foi acompanhando, ao longo do ano, a vida da Instituição através de contatos pessoais com alguns elementos da Direção e Pessoal Técnico e depois de examinados todos os balancetes mensais de contabilidade e porque o processo final se apresenta dentro do que é exigido por Lei.-----
---Propomos à digníssima Assembleia que aprove o Balanço e as contas referentes ao exercício de dois mil e dezassete, bem como a transferência dos resultados para a conta Resultados Transitados.-----
---Finalmente o Conselho Fiscal deseja manifestar o seu agradecimento à Direção e a todos os colaboradores desta Instituição pelo apoio que de todos recebeu durante o exercício de 2017.-----

O Conselho Fiscal


Armindo Lopes dos Santos (Presidente)


Carla Inês Tavares Correia (Vogal)


Fernando Manuel Bebiano Henriques (Vogal)



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 2.351.660 € e um total de fundos patrimoniais 1.978.882 €, incluindo um resultado líquido negativo de 27.274 €), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração de resultados por natureza e resposta social e a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidade do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ✓ preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização;
- ✓ elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentais aplicáveis;



- ✓ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- ✓ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ✓ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ✓ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ✓ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo da Entidade;
- ✓ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- ✓ concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada



com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- ✓ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- ✓ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as lei e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, 26 de março de 2018


SANDRA SIMÕES & SARA BARROS, SROC, LDA (SROC n.º 225)
Representada pela **Dra. Sandra Maria de Almeida Simões (ROC n.º 1249)**

ATA N.º 1

Ata da Assembleia Geral Ordinária da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, realizada no dia vinte oito de março do ano dois mil e dezasseis, às dezassete horas, na sede da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, conforme convocatória feita pelo Presidente da Assembleia Geral, senhor José Mário António Rodrigues e para efeitos do determinado, no art.º 22.º n.º 2 alínea b), do Compromisso da Sumandade da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera (Estatutos), reuniu a Assembleia Geral Ordinária desta Misericórdia, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO; Apreciação e votação do Relatório de Contas Gerência do Exercício do ano de 2017.

Iniciada a sessão, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia José Mário António Rodrigues, convidou para secretários a mesma o Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, senhor Maximiano José António da Silva, o secretário efetivo, senhor Fernando Manuel da Costa Fernandes e a sócia presente, senhora Armerinda Pepas Silva António.

Verificando-se a falta de "quórum" esta Assembleia Geral iniciou a ordem de trabalhos com os irmãos presentes, trinta minutos após a sua abertura, de acordo com o n.º 1 do art.º vigésimo quarto dos Compromisso da Sumandade da Santa Casa Misericórdia de Castanheira de Pera (Estatutos).

Dado início aos trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Geral José Mário António Rodrigues, cumprimentou todos os presentes e de seguida procedeu-se à análise e apreciação do Relatório e Contas de Gerência do ano dois mil e dezasseis. O senhor Presidente da Assembleia Geral deu a palavra ao senhor Provedor Vítor Manuel Henriques Silva, que referiu tudo estar bem explicado no Relatório e Contas, salientou o resultado negativo de vinte sete mil, oitocentos setenta três euros e noventa sete cêntimos (27.273,97€), referindo

que este se deve essencialmente às depreciações do exercício, no valor de oitenta mil, cinqüenta seis euros e cinquenta centimos (80.056,14€), no uso da palavra o senhor Provedor questionou a Contabilista Certificada da instituição, presente nesta Assembleia, a senhora Ama Mangarida dos Santos Salgueiro (D.R.ª), se pretendia dar algum esclarecimento sobre as Contas de 'Gestão em discussão, esta referiu estar disponível para o fazer no caso de alguma dúvida, não havendo intervenções a fazer e tudo devidamente esclarecido, foi deliberado por esta Assembleia-Geral, que o Resultado líquido do exercício do ano dois mil e dezassete, fosse transferido para a Conta 'Resultados Transfidos'.

No uso da palavra o Senhor Provedor, considera que a gestão do exercício foi levada a 'Bom Porto', embora não tendo sido tarefa fácil. Agradece a todos quantos colaboraram direta ou indiretamente para que tudo fosse possível.

O senhor Presidente da Assembleia-Geral José Mário Antão Rodrigues, colocou à votação o Relatório de Contas de Gestão do exercício do ano dois mil e dezassete, que foi aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata e foi assinada pelos membros da mesa.

Guillermo Barrios Costa Fernandes

Paulina Rodrigues

Almerinda Cepas Silva Antunes